

POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO
SPN GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA
Dez/2024



1. INTRODUÇÃO

A **SPN GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.** ("GESTORA"), na qualidade de Gestora de Fundos de Investimento, tendo em vista o Código de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros divulgado pela Associação Brasileira dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA"), adota, para todos os seus Fundos de Investimento sob gestão ("Fundo" ou "Fundos"), esta Política de Exercício de Direito de Voto em Assembleias ("Política de Voto").

2. OBJETIVO

A presente Política de Voto tem como objetivo estabelecer os princípios, regras e procedimentos necessários ao exercício do direito de voto por todos os Fundos cuja política de investimento permita a alocação de recursos em ativos financeiros que contemplem o direito de voto em assembleias.

A GESTORA baseará sua análise sobre a relevância da matéria objeto de deliberação, buscando sempre as melhores condições para os Fundos, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e dos Fundos, evitando, assim, práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida.

Nos seguintes casos o exercício de direito de voto pela GESTORA, independentemente da matéria, não será obrigatório, em que pese a GESTORA possa, a seu exclusivo critério, exercê-lo:

- I.fundos sob gestão da GESTORA, que já prevejam em seu formulário cláusula que não obriga a adoção, pelo gestor, de política de voto;
- II.ativos financeiros de emissor com sede social fora do Brasil; e
- III.certificados de depósito de valores mobiliários (Brazilian Depositary Receipts – BDR).



3. PRINCÍPIOS GERAIS

Pela presente Política de Voto, a GESTORA, no exercício de suas atividades e na esfera de suas atribuições e responsabilidades em relação aos Fundos, compromete-se a ser diligente e realizar todas as ações necessárias para o exercício do seu direito de voto, para resguardar os interesses dos cotistas, observando os seguintes princípios:

- I. Princípio da Boa-Fé - As decisões da GESTORA deverão sempre observar os mais altos padrões éticos, de confiança e lealdade;
- II. Princípio da Lealdade - A GESTORA, no exercício do direito de voto, na qualidade de gestor, deverá sempre votar buscando defender os interesses dos cotistas, prezando a confiança depositada por estes na GESTORA e perseguindo as expectativas almejadas por eles;
- III. Princípio da Transparência - A GESTORA garantirá o acesso às informações referentes ao exercício do direito de voto de maneira a permitir a ciência dos cotistas e a verificação da atuação da GESTORA na qualidade de gestora;
- IV. Princípio da Equidade - A GESTORA assegurará um tratamento justo e equitativo entre os Fundos de Investimento e entre os cotistas.

A Política de Voto será direcionada sempre para maximizar a geração de valor para os Fundos e privilegiar os interesses dos cotistas.

O exercício de direito de voto dos Fundos deverá seguir todas as disposições da presente Política de Voto, a não ser que, a critério da GESTORA, e sempre pautada nos princípios aqui definidos, esteja no melhor interesse dos Fundos exercerem o direito de voto de forma diversa do que foi previsto nessa Política de Voto.

4. MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATÓRIAS

Ressalvados os casos em que a presente Política não for aplicável, nos termos do Capítulo I acima, a GESTORA exercerá, obrigatoriamente, o direito de voto dos Fundos nas assembleias que tratarem, entre outras, das seguintes matérias relevantes ("Matérias Relevantes Obrigatórias"):



I. No caso de ações, seus direitos e desdobramentos:

- a. eleição de representantes de sócios minoritários nos Conselhos de Administração, se aplicável;
- b. aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opções de compra “dentro do preço” (preço de exercício da opção é inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da assembleia);
- c. aquisição, fusão, incorporação, cisão, alteração de controle, reorganizações societárias, alterações ou conversões de ações e demais mudanças de estatuto social, que possam, no entendimento da GESTORA, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelos Fundos; e/ou demais matérias que impliquem tratamento diferenciado.

II. No caso de ativos financeiros de renda fixa ou mista:

- a. alterações de prazo ou de condições de prazo de pagamento;
- b. alterações nas garantias;
- c. vencimento antecipado, resgate antecipado e recompra; e/ou
- d. alterações na remuneração originalmente acordada para a operação.

III. No caso de cotas de fundos de investimentos:

- a. alterações na política de investimento que alterem a classe Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) ou o tipo ANBIMA do Fundo de Investimento;
- b. mudança de administrador ou gestor, que não entre integrantes do seu conglomerado ou grupo financeiro;
- c. aumento da taxa de administração, taxa de performance ou criação de taxas de entrada e/ou saída;
- d. alterações nas condições de resgate que resultem em aumento do prazo de saída;
- e. fusão, incorporação ou cisão, que propicie alteração das condições elencadas nas alíneas anteriores;
- f. liquidação do fundo de investimento; e/ou
- g. assembleia de cotistas nos casos previstos no artigo 44 da Resolução CVM 175, de 23 de dezembro de 2022.



Nas hipóteses abaixo elencadas, o exercício da Política de Voto não será obrigatório, ficando a exclusivo critério da GESTORA:

- a. a assembleia ocorrer em qualquer cidade que não seja capital de Estado e não seja possível voto à distância;
- b. o custo relacionado com o exercício de voto não for compatível com a participação do ativo financeiro no Fundo;
- c. a participação total dos Fundos sob gestão, sujeitos a Política de Voto, na fração votante na matéria, for inferior a 5% (cinco por cento) e nenhum Fundo possuir mais que 10% (dez por cento) de seu patrimônio no ativo em questão;
- d. ficar caracterizada situação de conflito de interesse; e/ou
- e. caso as informações disponibilizadas pela empresa, mesmo após solicitação de informações adicionais e esclarecimentos, não forem suficientes para a tomada de decisão pela GESTORA.

5. SITUAÇÃO DE POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSE

A GESTORA exerce suas atividades de gestão de recursos obedecendo estritamente a legislação e regulamentação vigentes e os regulamentos e políticas de investimento dos Fundos, sempre evitando situações de conflito.

As situações de potencial conflito de interesse serão avaliadas caso a caso, sendo sempre considerado, em última instância, o interesse dos cotistas dos Fundos.

Em determinadas circunstâncias, a GESTORA pode ter relacionamento com o emissor dos ativos, gerando um potencial conflito de interesse na participação, sendo certo que nesta hipótese, a GESTORA deixará de exercer direito de voto nas Assembleias dos emissores dos ativos detidos pelos Fundos.

6. PROCESSO DECISÓRIO

O controle e a execução da Política de Voto e o procedimento de tomada de decisão será uma atribuição conjunta dos responsáveis pelas áreas de gestão de recursos de terceiros e compliance da GESTORA.



A GESTORA exercerá o seu voto sem necessidade de consulta prévia a cotistas ou de orientação de voto específico, ressalvadas as eventuais previsões em sentido diverso no regulamento dos Fundos, sendo que a GESTORA tomará as decisões de voto com base em suas próprias convicções, de forma fundamentada e coerente com os objetivos de investimento dos Fundos e sempre no interesse dos cotistas.

Após a realização da Assembleia, o representante indicado pela GESTORA que tiver comparecido deve providenciar e encaminhar ao Diretor de Investimentos, ao Diretor de Compliance e ao Administrador dos Fundos, um resumo descrevendo o ocorrido na Assembleia, bem como a votação procedida.

O arquivamento dos resumos de Assembleia deve ser realizado pelo Diretor de Compliance.

7. COMUNICAÇÃO

Os votos realizados pelos Fundos nas assembleias em que participarem serão disponibilizados, em forma sumária, ao administrador dos Fundos para que sejam enviados aos órgãos fiscalizadores, conforme regulamentação aplicável.

A obrigação de informação aos cotistas não se aplica às:

- I. matérias protegidas por acordo de confidencialidade ou que observem sigilo determinado por lei;
- II. decisões que, a critério da GESTORA, sejam consideradas estratégicas (devendo, neste caso, manter registro dos fundamentos que considerou para classificar a decisão como estratégica, e manter à disposição da ANBIMA); e
- III. Hipóteses em que a participação não seja necessária, conforme disposto anteriormente, mas a GESTORA tenha, a seu critério, exercido o direito de voto.

8. PUBLICIDADE

A presente Política de Voto poderá ser alterada a qualquer momento e, caso determinado pela regulamentação aplicável e/ou nos documentos dos Fundos, ficará disponível e poderá ser acessada no seguinte endereço eletrônico: www.spninvestimentos.com.

